

Democracia, cidadania e direitos humanos na pauta dos estudos em jornalismo

A democracia como regime de governo é resultado de uma construção histórica que remonta à discussão sobre os limites da autoridade do Estado no âmbito teórico, assim como às lutas por acesso a bens e serviços necessários para a vida com dignidade. A ideia de democracia se sustenta, atualmente, nos pilares do Estado de Direito, da tripartição dos Poderes – em que se preconiza a separação do exercício das funções estatais de governar, legislar e julgar –; do princípio da Isonomia – que requer a igualdade formal perante a lei, enquanto se persegue a igualdade substancial entre as pessoas, com a redução das desigualdades sociais –, da primazia dos direitos humanos. Quando qualquer desses requisitos falha, a cidadania torna-se incompleta. Isso porque a democracia é o substrato do exercício da cidadania, é o regime de governo que possibilita o exercício dos direitos civis, políticos e sociais.

Jornalismo, democracia e cidadania são conceitos convergentes e entrelaçados. As bases da profissão e a formação humanística que sustenta a graduação específica em Jornalismo prezam pela valorização da democracia, o pluralismo de ideias e de opiniões, os direitos humanos, as liberdades públicas e a justiça social. Como agente de cidadania, cabe ao jornalista o trabalho de produzir e difundir informações e conhecimentos em prol da democracia, privilegiando a realidade brasileira, valorizando as conquistas históricas da cidadania e denunciando as mazelas sociais (FENAJ, 2007; MEC, 2013)¹.

É com esse espírito que lançamos a primeira edição de 2025 da revista *Pauta Geral*. A publicação agrupa oito textos submetidos ao fluxo contínuo do periódico, dentre os quais seis artigos, uma entrevista e uma resenha, de autoras e autores provenientes de instituições de ensino superior das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. A leitura do conjunto dos trabalhos nos leva a refletir sobre as transformações pelas quais o jornalismo

¹ FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em:
https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf.
Acesso em: 02 set. 2025.

MEC. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES no 1, de 27 de setembro de 2013**. Disponível em:
https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=14242&Itemid=.
Acesso em: 02 set. 2025.

passou desde a década de 1970, tendo como pano de fundo as lutas por democracia, cidadania e direitos humanos.

O artigo de Érika Araújo e Carolina Firmino (Unesp) apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a cobertura esportiva nos jornais *Brasil Mulher* (1975-1979), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1989). Os veículos demarcaram posição contra o regime autoritário que perdurou no país de 1964 a 1985. Ao produzir notícias de interesse do movimento feminista, os jornais divulgavam as lutas por igualdade de direitos e discutiam as raízes da opressão masculina. Em um ambiente de restrição de direitos civis e políticos, a pauta da mulher no esporte era limitada e secundária. Ainda assim, os jornais registraram mulheres que conquistaram espaço no meio esportivo como torcedoras, atletas e jornalistas.

O segundo texto debate a importância de preservar a memória sobre a Ditadura Militar, como estratégia de resistência ao autoritarismo. Nicolly Barbosa Credi-Dio e Rafael da Silva Henriques (UFES) investigam o tratamento dispensado pelos veículos de imprensa capixaba ao ‘Casarão de Cláudio Guerra’, imóvel localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória, de propriedade do ex-delegado do DOPS/ES, condenado em 2023 pela Justiça Federal por crimes praticados durante o regime autocrático. O estudo analisou notícias *on-line* e em redes sociais que pautaram o Casarão, problematizando o jornalismo como lugar de memória.

As notícias veiculadas em Canais do *WhatsApp* são objeto de pesquisa do trabalho coletivo de Vinicius Biazotti (Unesp), Macri Colombo (UFSM), Marizandra Rutilli (UFSM) e Glauco Toledo (Universidade Anhembi Morumbi). Os autores compararam os valores-notícia das matérias publicadas nos Canais da *Folha S. Paulo* e do *Portal G1*. A análise indica um processo de seleção das notícias presentes nos canais de *WhatsApp* pautado por estratégias específicas de cada veículo para atrair a atenção do público.

Evidencia-se que, em uma sociedade midiatisada, a circulação de notícias em redes sociais torna-se um mecanismo para ampliar o alcance e o acesso ao produto jornalístico. Se de um lado, tais iniciativas contribuem para o combate à desinformação, potencializando a divulgação de informações que passaram pelo crivo de jornalistas, por outro, os veículos tornam-se reféns da busca por visualização e engajamento. O impasse gera repercussões na forma como se produz jornalismo, levando à indagação sobre as implicações para a constituição de uma esfera pública democrática.

O ensaio teórico de Cláudio Cardoso de Paiva (UFPB) lança luz sobre esta tensão. O artigo esmiuça a produção da filósofa feminista Márcia Tiburi, trazendo ao debate as

interfaces entre jornalismo, gênero e cidadania no contexto de regressão ética e política vivenciada nos “tempos sombrios” que caracterizam o início do século XXI. O autor problematiza como a espetacularização da vida, viabilizada pela internet e pelas mídias, preenche o cotidiano ao mesmo tempo em que gera ações vazias, medo, indiferença e distanciamento da realidade e do outro. Ao olhar para esse cenário, Paiva convida à reflexão sobre a importância da ética guiada por uma razão crítica feminista, que visa à construção de uma esfera pública mais inclusiva, dialógica e democrática.

No próximo artigo, Luan Pazzini Bittencourt (UFRJ) analisa as reportagens vencedoras do Prêmio Esso, identificando a coexistência de múltiplos *ethos* profissionais relacionados às categorias: interesse humano, interesse político e interesse econômico. A partir das configurações das rotinas de produção do jornalismo, impactadas pela midiatização e fragmentação das relações de trabalho, o autor analisa a articulação entre objetividade, subjetividade e compromisso ético com a democracia.

O trabalho de Talita Mascarelo da Silva (Fiocruz) fecha a seção de artigos livres. A autora destaca que o advento da pandemia de covid-19 despertou a discussão sobre o papel do jornalismo na divulgação de informações científicas. Com base em entrevistas com seis jornalistas especialistas na área, a pesquisadora coloca em debate a necessidade de se incluir conteúdos relacionados ao conhecimento científico na formação em jornalismo como medida para combater a desinformação e promover a cidadania.

Esta edição finaliza com dois textos críticos à concepção de neutralidade jornalística: a entrevista com Fabiana Moraes (UFPE), realizada pelo Grupo de Pesquisa *Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede*, vinculado a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); e a resenha de Rafael Rodrigues Pereira (Universidade Presbiteriana Mackenzie) sobre a coletânea *Desigualdades de gênero e representações midiáticas*, organizada por Tamires Coêlho (UFMT). Os textos arrematam esta edição conclamando pesquisadoras/es e profissionais a se posicionarem a favor da pauta dos direitos humanos, a partir da implementação de práticas democráticas, que permitam o desenvolvimento de abordagens jornalísticas e científicas eticamente comprometidas com a diversidade e pluralidade de expressões da vida humana.

Boa leitura!

Ana Maria Bourguignon
Marcelo Engel Bronosky